

Sociedade. Criado há 50 anos, método anticoncepcional contribuiu para redução das taxas de fecundidade, avanço feminino no mercado de trabalho e separação entre sexualidade e reprodução; especialistas, porém, apontam mau uso e falta de acesso ao medicamento

Meio século após a pílula, metade das gestações não é planejada pela mãe

Fabiane Leite

Realidade há exatos 50 anos, quando foi lançada no mercado dos EUA, e no Brasil há 48 anos, a pílula anticoncepcional ainda não materializou o maior sonho de sua idealizadora: permitir que todas as mulheres fossem mães só quando realmente desejassem.

Quase a metade das gestações nos EUA e dos nascimentos no Brasil ocorre quando as mulheres não querem, apesar da expansão do método que mais permite independência na contraceção e de sua contribuição para a redução das taxas de fecundidade. A chegada da pílula permitiu que muitas mulheres fossem mães melhores, avançassem nos estudos e no trabalho e separassem definitivamente sexualidade e reprodução.

No caso do Brasil, houve avanço importante nos últimos anos no uso de contraceptivos, mas 46% dos nascimentos no País não são desejados ou são planejados para mais tarde, segundo dados ainda não explorados da última Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), feita em 2006.

No levantamento anterior, feito em 1996, o percentual era de 48%. O avanço muito pequeno, segundo os próprios pesquisadores, mostra problemas no acesso aos métodos contraceptivos, mau uso ou falhas na tecnologia de disponível.

“Houve um enorme avanço na oferta de anticoncepcionais no Sistema Único de Saúde, há pílulas a preços populares, mas o uso ainda é mal orientado. A mulher não é instruída sobre eventuais efeitos colaterais, não recebe suporte para a contraceção, precisamos de tempo para caminhar”, avalia Ignez Perpétuo, professora de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais e responsável pelo módulo sobre métodos contraceptivos da PNDS. Ela destaca, porém, que o levantamento não apurou, por exemplo, quanto das mulheres que declararam ter filhos sem querer estavam usando ou não contraceptivos.

A PNDS indicou que 81% das mulheres de 15 a 49 anos que viviam alguma forma de união usa-



MARCIO FERNANDES/AE

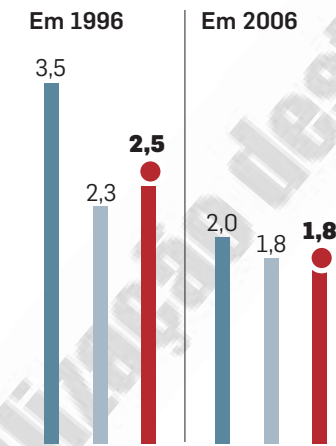
Três aderiram. Patrícia, Thamires, Elivaneide e Luciene, que está grávida do 3º filho, este não planejado

FECUNDIDADE

● Número de filhos por mulher

Por residência

■ RURAL ■ URBANA ■ BRASIL



FONTE: PESQUISA NACIONAL DE DEMOGRAFIA E SAÚDE INFOGRÁFICO/AE

vam anticoncepcionais. A esterilização feminina (laqueadura) ainda é a opção mais frequente (29%), mas somados o uso da pílula (25%), com o dos anticoncepcionais injetáveis e do Dispositivo Intrauterino, os métodos reversíveis já a ultrapassam.

“O grande avanço foi que Brasil saiu do bloco dos países em que a laqueadura lidera para entrar no dos mais avançados”, destaca Tereza Delamare, da área técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Ela enfatiza ainda que só a parcela de filhos não desejados, por exemplo, caiu de 22% para 18%.

O governo aponta aumento dos gastos com anticoncepcionais e a centralização das compras como medidas para melhorar o acesso, além de pedir que municípios invistam mais, mas a PNDS mostrou que pílulas e injeções ainda são obtidas principalmente nas farmácias, e não no SUS. “Se temos ainda 46% (de filhos que não eram esperados), é porque o acesso não é de acordo com a lei”, afirma Elisabeth Vieira, do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto. O direito a métodos contraceptivos está na Constituição e foi regulamentado por lei em 1996.

Controle. A luta pelo acesso à pílula começou no início do século passado. Em 1912, dois anos antes da criação do Dia das

Mães, a enfermeira de família católica irlandesa Margaret Sanger, que viu a mãe morrer após 18 gestações, já defendia a criação de um medicamento contraceptivo. No entanto, a ideia só viria a ser viabilizada 48 anos depois, com financiamento da amiga e feminista Katharine McCormick.

“Antes, além da discriminação, as mulheres tinham de controlar a própria sexualidade ou se arriscar em um aborto. Houve avanço, redução da fecundidade. Mas só o fato de a contraceção ser um assunto feminino denota a desvalorização da sociedade. É coisa de mulher. E coisa de mulher não é levada a sério”, diz Elisabeth, da USP.

“A pílula não foi contra as mães. Foi para as mães. E modificou a maternidade mais do que qualquer coisa. A sua grande contribuição não foi prevenir a maternidade, mas fazê-la melhor, permitindo que as mulheres gerassem filhos de acordo com suas aspirações”, afirmou Elaine May, professora de história na Universidade de Minnesota (EUA) e autora do livro *A América e a Pílula*. | COM WASHINGTON POST E LOS ANGELES TIMES

● **Remédio Segundo a ginecologista Elizabeth Leão, chefe no Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, a pílula também é medicamento, pois hoje ela é usada para combater a acne, a tensão pré-menstrual e as cólicas.**

* **Análise: André Junqueira Caetano**

Contraceção está associada às mudanças do País

A evolução do uso de métodos contraceptivos no Brasil está associada às transformações econômicas, sociais e culturais das últimas décadas. Nesse período, a maioria dos brasileiros passou a residir em áreas urbanas, o acesso à educação se expandiu, as mulheres entraram maciça e definitivamente no mercado de trabalho, as telecomunicações – em especial, a televisão – integraram o País e a medicação da sociedade desidratou, no âmbito da reprodução, os poderes paternos, maritais e religiosos. O aumento da demanda por regulação da fecundidade configura-se, assim, como uma das mudanças do quadro de transformação modernizante da sociedade.

A regulação da fecundidade se deu, principalmente, pelo aumento do uso da pílula e da laqueadura tubária. Os dois métodos eram empregados por 54,7% das mulheres unidas em idade reprodutiva em 1986 e por 60,8% delas em 1996. Porém, em 1986 havia 1,1 mulher laqueada para cada uma que usava a pílula. Em 1996, para cada mulher usando a pílula, duas estavam laqueadas. Esse quadro se configurou na ausência de programas públicos de planejamento familiar, o que fez da farmácia a principal fonte de obtenção da pílula e do parto cesáreo em hospital público a forma de se obter a laqueadura, paga “por fora” ou “de favor”. O sociólogo Vilmar Faria cunhou o termo “efeito perverso” para se referir às alternativas das camadas de baixa renda: a gravidez não desejada, o aborto inseguro, a esterilização como favor político.

Em 1997 entrou em vigor a lei do planejamento familiar, que autoriza e remunera, no SUS, a esterilização cirúrgica voluntária em indivíduos com capacidade civil plena, maiores de 25 anos ou, ao menos, dois filhos vivos.

Em 2006, 24,7% das mulheres entre 15 e 49 anos, unidas, usavam a pílula e 29,1% estavam laqueadas, numa relação que retoma os níveis de 1986. Dentre as usuárias da pílula em 1996, 9,2% a haviam obtido no serviço público. Em 2006, o percentual era de 23,8%. Mas permanecem as disparidades: a pílula predomina nos estratos de maior renda e a laqueadura tubária, entre os que menos podem.

* É COORDENADOR DO GRUPO DE FECUNDIDADE E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS